

02 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Aprovada criação de quatro novas varas judiciais

Os deputados aprovaram ontem, em segunda discussão na Assembleia Legislativa (AL), o projeto de lei nº 809/15, que prevê a criação de quatro novas varas judiciais e, conseqüentemente, a criação de ao menos mais quatro cargos de juiz e de oito assistentes de provimento em comissão. Estas mudanças devem provocar um impacto financeiro de R\$ 2,32 milhões por ano ao orçamento do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). No texto o Judiciário indica a necessidade de abertura da 6ª Vara Judicial no Foro Regional de Almirante Tamandaré; a 3ª Vara Judicial no Foro Regional de Campina Grande do Sul; a 6ª Vara Judicial no Foro Regional de Cambé; e a 18ª Vara Judicial na Comarca de Cascavel; todas de entrância final, "visando a expansão da prestação jurisdicional no Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquelas comarcas".

INFORME

Proibido

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, proibiu o auditor Iris Mendes da Silva de participar de confraternização em que estarão presentes outros réus da Operação Publicano, que apura sonegação fiscal e corrupção na Receita Estadual de Londrina. Na petição, a defesa de Silva alegava que o encontro, nesta sexta-feira, em Cambé, reunirá "várias famílias", incluindo os auditores Marco Antonio Bueno e Divaldo de Andrade.

Restritivas

O pedido se deu porque pesam contra os auditores medidas cautelares alternativas à prisão, como a proibição de ausentar-se da comarca sem autorização e "proibição de manter contato com os demais corréus e qualquer pessoa relacionada aos fatos objeto da investigação e ação penal".

Sem justificativa

Para Nanuncio, não há "justificativa apta ao seu comparecimento ao evento em questão (confraternização festiva), de modo a não constituir fator que possa obstar o cumprimento da medida cautelar à qual está submetido". O descumprimento das medidas implica a possibilidade de voltar à cadeia.

02 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Justiça aceita queixa de Lula

O juiz André Carvalho e Silva de Almeida, da 30ª vara criminal da Justiça de São Paulo, aceitou a queixa-crime apresentada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o comentarista da TV Cultura e historiador Marco Antônio Villa. Com a decisão, Villa passa a ser réu na ação em que é acusado de calúnia, injúria e difamação. No dia 20 de julho, Villa afirmou que o ex-presidente “mente, mente”, que é “culpado de tráfico de influência internacional”, além de “réu oculto do mensalão”, “chefe do petrolão”, “chefe da quadrilha” e teria organizado “todos os esquemas de corrupção”. Advogado de Villa, Luís Francisco Carvalho Filho afirmou que estuda entrar com habeas corpus por falta de justa causa.

Pela porta dos fundos

O advogado diz ainda que “Villa limitou-se a exercer o direito de crítica”. “Acho constrangedor que um ex-presidente da República revele intolerância e se disponha a operar contra a liberdade de expressão no Brasil.” No dia 19 de novembro, os dois foram ao Fórum de São Paulo para uma tentativa de conciliação. Na edição do dia 23/11 do Jornal da Cultura, Marco Antonio Villa comentou o episódio: “Cheguei sozinho (ao Fórum), entrei e saí pela porta da frente. Ele (Lula) entrou e saiu pela porta dos fundos, cercado por um batalhão de seguranças”, disse Villa, registrando em seu blog ter reafirmado tudo o que dissera.

STF rejeita ação contra Caiado

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem duas queixas-crime apresentadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra declarações do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) em redes sociais. Em uma delas o congressista chamou o ex-presidente de “bandido frouxo”. O arquivamento das ações foi determinado pela 1ª Turma do Supremo, por 3 votos a 1. A maioria dos ministros entendeu que, apesar de ofensivos e reprováveis, os ataques mantinham relação com a atividade parlamentar e, portanto, estariam enquadradas na imunidade parlamentar, prevista pela Constituição. As palavras de congressistas estão cobertas por imunidade quando ligadas ao exercício do mandato.

02 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Rubens Bueno e ex-deputados do PPS teriam nomeado fantasmas

Ação cobra ainda Bueno,
presidente da sigla,
Marcelo Rangel, Cesar
Silvestri Filho e Douglas Fabrício
a devolução de R\$ 11 milhões

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou ação civil pública contra o deputado federal Rubens Bueno (PPS), e os ex-deputados estaduais do PPS Marcelo Rangel, Cesar Silvestri Filho e Douglas Fabrício, além do diretório estadual do partido. Conforme o MP, seis assessores parlamentares nomeados nos gabinetes deles na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná recebiam salários na Casa, mas davam expediente na sede do partido, em Curitiba. O MP cobra a devolução de R\$ 11 milhões.

Bueno, como presidente do partido no Paraná, foi beneficiado pela possível irregularidade na medida em que não precisou contratar ninguém para atuar no diretório. A possível improbidade administrativa foi apurada entre janeiro de 2009 e agosto

de 2013. Os três parlamentares estaduais citados pelo MP já deixaram o mandato. Douglas Fabrício é o secretário estadual de Esporte e Turismo; Rangel renunciou em 2012 para assumir a prefeitura de Ponta Grossa (Centro Oriental); e Silvestri Filho renunciou no mesmo ano para assumir a prefeitura de Guarapuava (Centro-Sul).

Conforme a ação civil pública, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, foram indicados assessores para os cargos em comissão na AL, "sem que estes ali prestassem qualquer atividade, muito menos de interesse público, realizando serviços exclusivamente particulares ao Partido Progressista Socialista que, por intermédio do seu presidente, também réu, aceitou ter em seus 'quadros' funcionários públicos, não subsistindo dúvida de que estes praticaram Ato de Improbidade Administrativa que causam dano ao erário."

Além da devolução de valores, o MP pede à Justiça a indisponibilidade de bens dos citados, e em caso de condenação, a perda de função pública e a suspensão dos direitos políticos.

A reportagem procurou os políticos, mas a manifestação foi feita por meio de nota do diretório estadual do PPS. O partido afirmou que "tem absoluta convicção da legalidade de todos os seus atos" e vai contestar em juízo "com toda serenidade" a acusação. "Ainda que neste caso o considere equivocado, o PPS/PR reconhece que o Ministério Público está cumprindo o seu papel de vigilância permanente da atuação dos representantes do povo. Diz ainda, na nota, que reconhece "a legitimidade e licitude das atividades parlamentares e políticas de seus representantes".

Os juizes torraram a urna eletrônica

O Judiciário alfinetou de maneira quase elegante a presidente Dilma Rousseff nesta semana. Numa portaria conjunta dos tribunais superiores, os meritíssimos ministros informaram que o corte de verba anunciado pelo governo inviabiliza as eleições em formato eletrônico para o ano que vem.

Sem estridências: nada mais formal do que uma portaria. Sem adjetivos: tudo na linguagem sisuda do pessoal que veste a toga. Mas o recado estava dado. A presidente atrapalha o bom andamento da nação.

Obviamente, apesar da elegância, a mensagem é um blefe, para não usar termo mais pesado. No fundo, claro que ninguém quer perder dinheiro, e é evidente que o governo federal tem imensa parcela de culpa na falta de verba. Afinal, cortar R\$ 10 bilhões do orçamento é coisa para quem gastou demais. A estocada tem seu sentido, e Dilma bem mereceu ser alvejada. Mas os senhores ministros também têm sua parcela de culpa no cartório.

Os tribunais dizem que a compra de urnas eletrônicas, necessária para que não se volte a votar em papel, depende de R\$ 200 milhões. Dilma anunciou a suspensão de R\$ 428 milhões para a Justiça Eleitoral daqui até novembro. Culpa do governo? Culpa do governo.

Mas o repórter Andrea Torrente lembra bem: só o auxílio-moradia implantado recentemente pelos meritíssimos custa aos mesmíssimos cofres coisa de R\$ 1 bilhão por ano — ou mais, contando os efeitos-cascata que sempre se seguem às mordomias.

Daria para dizer que as casas de nossos juizes custaram cinco vezes o necessário para garantir as eleições do ano que vem? Não. Pelo simples fato de que o auxílio-moradia, como se sabe, não é para pagar moradia. O próprio presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Renato Nalini, disse ao vivo e a cores em rede de tevê que isso era um jeito de aumentar o salário dos juizes. Afinal, dizia ele, a população merece um juiz bem vestido e não dá para ficar indo a Miami comprar terno toda hora.

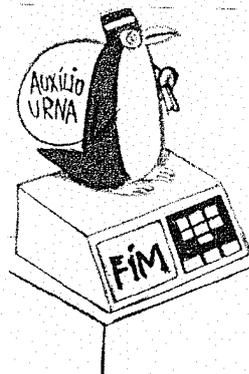
A Bolsa-Miami não é o que vai nos roubar a eleição eletrônica. Até porque é evidente que se trata de um blefe para que não tirem verbas

do Judiciário. Mas é uma pequena amostra de como os juizes desperdiçam tanto dinheiro quanto os políticos.

Aumentam os próprios salários, criam benefícios, apresentam uma nova lei da magistratura que garante privilégios até para seus filhos e ao mesmo tempo reclamam que não têm como atender minimamente a população.

Os juizes não precisam do auxílio-moradia. Os que ganham menos ganham muito bem: acima de R\$ 20 mil. Os R\$ 4,5 mil extras que lhes são pagos todo mês foram um presente do próprio Supremo Tribunal Federal, que agora assina a resolução conjunta ameaçando com o fim da votação eletrônica. Os juizes não precisam estar fora de sua cidade de origem para receber a verba; nem precisam gastá-la com residência; nem precisam comprovar como gastaram. É salário em cima de um salário já alto.

Nada contra juizes ganharem bem. Mas os privilégios têm que ter como teto o bom senso. Mais do que juizes bem vestidos, a população precisa de bons serviços. E num país em que falta tanta coisa já está mais do que na hora de suas excelências pararem de aumentar os gastos consigo mesmos.



02 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

* COMISSIONADOS

MP denuncia Bueno e mais três do PPS

Promotores dizem que políticos usavam servidores do gabinete para trabalhar à sigla

| *Euclides Lucas Garcia*

O Ministério Público (MP) do Paraná ofereceu à Justiça uma ação civil pública por improbidade administrativa contra quatro políticos do PPS e o diretório estadual do partido. Segundo o MP, funcionários comissionados dos gabinetes parlamentares e da liderança da legenda na Assembleia Legislativa, na verdade, teriam prestado serviço ao diretório local do PPS. Na ação, o órgão pede liminarmente o bloqueio de R\$ 11,3 milhões dos bens dos envolvidos para ressarcimento aos cofres públicos, além da perda da função pública e da suspensão dos direitos políticos de cada um por cinco a oito anos.

São citados na ação Rubens Bueno, deputado federal e presidente do partido no Paraná; Douglas Fabrício, secretário de Esportes e Turismo do Paraná; Cesar Silvestri Filho, prefeito de Guarapuava; Marcelo Rangel, prefeito de Ponta Grossa; além do próprio diretório estadual do PPS.

A ação foi baseada em uma denúncia feita ao MP dando conta que seis pessoas — todas filiadas ou militantes do PPS — seriam funcionários fantasmas da Alep. Segundo a investi-

gação, elas estavam lotadas nos gabinetes dos então deputados Rangel, Silvestri Filho e Fabrício e na liderança do partido, mas trabalhavam, de fato, para o diretório estadual da legenda. Apesar de a apuração ter levantado o período de janeiro de 2009 a agosto de 2013, o MP suspeita que a irregularidade pode ter ocorrido desde 2003.

Em depoimento, um dos assessores afirmou que alternava — sem dias específicos — os trabalhos na Alep e na sede do PPS. Segundo o MP, esse funcionário era responsável por cadastros e filiações.

OUTROLADO

Em nota, o PPS afirmou ter “absoluta convicção da legalidade de todos os seus atos”. Informou que, com serenidade, vai contestar na Justiça o entendimento do MP, ainda que reconheça que o órgão “está cumprindo o seu papel de vigilância permanente da atuação dos representantes do povo.” Disse que confia na manifestação final do Judiciário, “reconhecendo a legitimidade e licitude das atividades parlamentares e políticas de seus representantes.”

02 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Família Ribas Carli é alvo de operação do Gaeco

Kelli Kadanus e Katna Baran

O Grupo de Operação contra o Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuava e a Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba deflagraram na terça (1.º) a Operação Capistrum (cabresto, em latim), que investiga a família Ribas Carli pela prática de crimes eleitorais. Estão envolvidos o deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB) e seu pai, Luiz Fernando Ribas Carli (PP), ex-prefeito de Guarapuava, os vereadores da cidade Maria José Mandu Ribeiro Ribas (PSDB) e Milton de Lacerda Roseira Junior (PSDB) e outras sete pessoas.

As investigações apontam que, durante o período eleitoral, houve a distribuição de vários benefícios a cidadãos para conseguir votos para Bernardo Carli em 2014.

Em sessão da Assembleia Legislativa, Carli negou as acusações. Os outros vereadores citados não foram encontrados pela reportagem.

OAB vai incluir dados da Lava Jato para decidir sobre impeachment

O Conselho Federal da OAB decidiu incluir dados da Lava Jato na análise sobre como a entidade vai se posicionar em relação ao impeachment de Dilma Rousseff. Até agora, a OAB estava analisando apenas a possibilidade de apoiar ou não o impeachment com base nas pedaladas fiscais. Na semana passada, uma comissão da OAB entendeu que as pedaladas realizadas fora do atual mandato de Dilma, iniciado em 2015, não são motivo para o impeachment. Apesar disso, a decisão final sobre o assunto é do conselho.

02 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Base do Coxa é ameaçada de despejo

Empresa proprietária de parte do terreno do CT em Quatro Barras move ação exigindo do clube pagamento de R\$200 mil de aluguel atrasado e desocupação imediata

Julio Filho

● O Coritiba corre risco de ser despejado do centro de treinamentos alugado onde treinam as categorias de base do clube em Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba.

No dia 24 de novembro, a empresa Tietê Participações S/A, dona de 45% da área total do CT e com quem o Coritiba firmou contrato de aluguel, ingressou com ação judicial na 16.ª Vara Cível de Curitiba cobrando cerca de R\$ 200 mil do clube, além do pedido de desocupação imediata do local.

Segundo a empresa, os valores são relativos a sete meses de atraso no pagamento da locação, entre maio e novembro de 2015, acrescidos de multas e juros. Apesar de firmado em 2014, ainda sob a gestão do ex-presidente Vilson Ribeiro de Andrade, o contrato foi renovado por um ano em janeiro de 2015 pelo atual presidente, Rogério Bacellar.

Segundo Vilmar Silveira, presidente da Tietê, a empresa fez uma série de tentativas de resolver a questão extrajudicialmente. "Se o clube não pode pagar o aluguel é melhor desocupar o imóvel", reforça Silveira.

Do outro lado, Bacellar diz que o Coxa vai procurar a Tietê. "O nosso departamento jurídico já está conversando com eles. Se algo não foi pago, vamos pagar", garante o mandatário, que indica ainda que o Coxa passará a investir em 2016 na área que possui em Campina Grande do Sul, para onde deve se transferir a base. "Vamos passar a investir em algo que é nosso", ressalta.

Já o diretor executivo do Coritiba, Maurício Andrade, nega qualquer atraso nos pagamentos. "Na ação judicial, eles têm direito de cobrar o que bem entenderem. O clube discorda completamente desses valores. Não tem nada atrasado", assevera.

Andrade ainda relata que no dia 5 de novembro o Coritiba fez uma reunião com a empresa dona do terreno na tentativa de prorrogar o contrato de aluguel até junho de 2016. "Queríamos renovar por seis meses, pois ano que vem começaremos as obras em Campina Grande do Sul. Mas a empresa não quis a renovação", diz Andrade.

Pelo contrato, o imóvel alugado em Quatro Barras tem três campos com dimensões oficiais, vestiários, lavanderia, sala de fisioterapia e musculação. Treinam no local todas as equipes de base do Coxa, desde o sub-9 até o sub-19.

Caso tenha de desocupar a área imediatamente, o Coritiba informa que as equipes da base passarão a treinar no CT da Graciosa, onde trabalha a equipe profissional, até junho, quando seriam transferidas ao novo CT em Campina Grande do Sul.

02 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

STF autoriza inquérito contra Renan e Delcídio na Lava Jato

• O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou abertura de mais dois inquéritos sobre os desvios de dinheiro na Petrobras. Atendendo pedido do Ministério Público Federal, Teori abriu um inquérito para investigar o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). O outro inquérito investigará Jader, Renan e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE). O grupo é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Os pedidos para abrir esses inquéritos foram enviados ao STF na segunda-feira (30) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Na terça (1º), Zavascki autorizou diligência solicitada por Janot e enviou os inquéritos à Polícia Federal. Os inquéritos tramitam em sigilo e as diligências a serem cumpridas não foram divulgadas. Podem ser, por exemplo, depoimentos dos investigados ou de testemunhas.

MAIS UM

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira (1º) a abertura de mais um inquérito para investigar Delcídio do Amaral (PT-MS). Este é o terceiro inquérito contra o parlamentar solicitado pela Procuradoria. O novo pedido de inquérito, assim como as investigações contra Delcídio já abertas, são mantidos sob sigilo na Corte.

02 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

INVESTIGADOS

Família Ribas Carli é alvo de operação contra crimes eleitorais na campanha de 2014

Kelli Kadanus e Katna Baran

O Grupo de Operação ao Crime Organizado (Gaco) de Guarapuava e a Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba deflagraram ontem a Operação Capistrum (cabresto, em latim), que investiga a família Ribas Carli pela prática de crimes eleitorais. Estão envolvidos o deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB) e seu pai Luiz Fernando Ribas Carli (PP), ex-prefeito de Guarapuava, assim como os vereadores da cidade Maria José Mandu Ribeiro Ribas (PSDB) e Milton de Lacerda Roseira Junior (PSDB), além de outras sete pessoas.

Ontem, foram cumpridos 72 mandados de condução coercitiva (quando as pessoas prestam depoimento em dele-



O deputado estadual Bernardo Ribas Carli é um dos investigados.

gacia e são liberadas depois), expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE). Os envolvidos são investigados por formação de organização criminosa para a prática de crimes eleitorais. De acordo com o Ministério Público do Paraná (MP-PR), os crimes foram praticados para eleger Bernardo Ribas Carli (PSDB) em 2014.

As investigações apontam que, durante o período eleitoral, houve distribuição de vários benefícios a cidadãos para conseguir votos para Bernardo Carli. O grupo teria atuado em

Guarapuava e em Entre Rios. No dia das eleições de 2014, a suspeita é de que o grupo teria reunido motoristas e cabos eleitorais para praticar delitos de boca de urna e transporte de eleitores.

Até o final da tarde de ontem, quase todos os envolvidos tinham sido ouvidos pelo MP. Durante a sessão de ontem na Assembleia Legislativa, o Bernardo Carli negou as acusações. “Nossas contas eleitorais foram aprovadas. Tudo o que for solicitado será esclarecido no decorrer do processo”, disse.

DEVOLUÇÃO

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) entrou com ação civil pública contra quatro políticos do PPS e seu diretório estadual. Isso porque comissionados da Assembleia Legislativa teriam prestado serviços ao diretório. O órgão pede a devolução de R\$ 11,3 milhões aos cofres públicos, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos dos envolvidos. Entre eles, está Rubens Bueno.

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Em defesa da transparência

FAUSTO PINATO

Acredito que o arquivamento da representação contra Cunha daria a impressão de que o Congresso Nacional não atua com espírito público

O Estado democrático de Direito é fundado na independência, na autonomia e no equilíbrio dos três Poderes da República: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Contudo, durante a maior parte da história política do Brasil, vivemos sob o jugo discricionário de um poder, o Executivo, que ditava leis a torto e a direito, impondo-se sobre os demais. Tal característica, que se consolidou durante o regime militar, se manteve mesmo depois da redemocratização do país.

Felizmente, depois de grandes manifestações populares contra a corrupção, em 2013 e 2015, e da atual crise política sem precedentes, os três Poderes estão definindo o espaço que lhes cabe em uma verdadeira democracia.

Com isso, teremos condições de começar a enterrar a velha política do fisiologismo, da troca de favores e do voto de cabresto. Contudo, essa autonomia, independência e equilíbrio dos Poderes, para ser efetiva, deve se estender necessariamente às comissões internas do Congresso, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal.

Hoje o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara está no meio de um furacão: o processo por quebra de decoro parlamentar contra o deputado federal Eduardo Cunha, presidente da Casa, solicitado por parlamentares da Rede e do PSOL.

Trata-se de um fato inédito, mas também de um desafio: nos colocamos à altura dos novos tempos, mostrando total independência e transparência, como exige e merece a sociedade.

Como relator desse processo, considerarei que há indícios e documentos suficientes, anexados aos autos, para se admitir a abertura de um processo contra o deputado Eduardo Cunha. Como afirmei em meu relatório, o arquivamento da representação seria extremamente teme-

rário e passaria à sociedade a impressão de que o Congresso Nacional não atua com espírito público de transparência.

A defesa de Cunha pediu meu afastamento da relatoria alegando que antecipei meu parecer antes de ouvi-la. O advogado Marcelo Nobre inclusive citou um episódio ocorrido em 2009, a análise da cassação do mandato do então deputado federal Edmar Moreira, que culminou no afastamento do relator Sérgio Moraes por ele ter antecipado seu voto sobre a acusação.

De fato, naquele episódio, houve manifestação de mérito fora dos autos, antecipadamente. Não é o caso agora. Lembro que, nesta fase do processo, não cabe a apresentação da defesa, o que ocorre somente após a eventual aprovação do parecer.

Eu apenas cumpri meu dever de maneira célere, sem açodamento, mas também sem procrastinação.

Acredito na democracia e tenho a certeza de que, apesar de todos os percalços que o país vem experimentado, estamos avançando no fortalecimento de nossas instituições.

Não há dúvidas de que, em razão dessa perspectiva, nossos filhos e netos poderão viver em um país melhor.

FAUSTO PINATO, 38, é deputado federal (PRB-SP) e relator do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Chantagem a céu aberto

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados virou palco de uma chantagem a céu aberto, transmitida ao vivo pela TV. Com o mandato em risco, o deputado Eduardo Cunha ameaça abrir um processo de impeachment se o PT não salvá-lo da cassação.

O peemedebista é alvo de acusações graves. Foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, sob suspeita de embolsar propina do petróleo, e omitiu dos colegas quatro contas milionárias na Suíça, das quais ele se diz "usufrutuário em vida".

Outros deputados foram cassados por muito menos, mas Cunha conta com o cargo para obstruir a investigação. Como presidente da Câmara, escolhido por 267 colegas, ele tem o poder de acolher pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff, reeleita com 54,5 milhões de votos.

A chantagem foi escancarada na semana passada, quando o peemedebista disse estar pronto para decidir a qualquer momento. O Planalto acusou o golpe. Ao menos dois ministros passaram a pressionar os de-

putados petistas a salvarem a pele de Cunha no Conselho de Ética.

O paraense José Geraldo, que já havia prometido votar a favor da cassação, disse ontem que está disposto a um "sacrifício pelo país". "Não acreditamos no Cunha, mas o que pode acontecer no país amanhã seria o pior dos mundos", afirmou.

O recuo repercutiu muito mal, e o deputado tentou se explicar com um desabafo: "Nós sermos os culpados de ter acontecido o impeachment no Brasil? A ameaça existe, e a metralhadora está na mão do Cunha".

Em texto na internet, o presidente do PT, Rui Falcão, pediu aos deputados do partido que votem contra o correntista suíço. Como o Planalto parece empenhado em salvá-lo, ninguém acreditou na nota.

"Isso é só para dar satisfação à militância", comentou um deputado aliado ao Planalto. Se Falcão quiser ser levado a sério, poderia ameaçar os eventuais dissidentes de expulsão, como acaba de fazer com o senador e detento Delcídio do Amaral.



02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Verba para urnas é menor que a de siglas, diz Toffoli

Presidente do TSE critica corte do governo

Presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o ministro Dias Toffoli criticou nesta terça (1º) o corte orçamentário imposto pelo governo à Justiça Eleitoral e afirmou que o recurso necessário para as eleições de 2016 com voto eletrônico é muito menor do que a verba destinada ao fundo partidário.

O fundo é usado para manter a infraestrutura dos partidos e em campanhas eleitorais. Neste ano, as siglas receberão mais de R\$ 800 milhões. Ao todo, o corte no Judiciário soma R\$ 1,74 bilhão — R\$ 428,7 milhões da Justiça Eleitoral.

Segundo o TSE, o bloqueio dificultará a compra de novas urnas. Antes do corte, uma licitação havia sido aberta para a aquisição de equipamentos, com despesa prevista de R\$ 200 milhões.

Toffoli afirmou que alguns Estados não terão urnas eletrônicas se o governo não recuar da tesourada. De acordo com o ministro, pelo menos 35 mil urnas no Rio de Janeiro não poderão ser trocadas.

“O contingenciamento total da Justiça Eleitoral representa mais de 80% das necessidades que temos que adquirir para as eleições do ano que vem”, afirmou o ministro.

O presidente do TSE disse ainda estar confiante de que a medida será revertida.

Vice-presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes defendeu até que o Judiciário discuta uma realocação em suas despesas. Ele diz que encomendou um estudo sobre o impacto financeiro da volta do voto em papel.

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) afirmou que o governo está disposto a debater a questão. Nos bastidores, a reação do tribunal é vista como pressão sobre o Executivo, diante do desgaste que o fim do voto eletrônico poderia trazer ao governo. (MÁRCIO FALCÃO)

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça aceita queixa de Lula contra historiador

Comentarista da TV Cultura disse que ex-presidente mente e é 'chefe do petróleo'

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O juiz André Carvalho e Silva de Almeida, da 30ª vara criminal da Justiça de São Paulo, aceitou nesta terça (1º) a queixa-crime apresentada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o comentarista da TV Cultura e historiador Marco Antônio Villa.

Com a decisão, Villa passa a ser réu na ação em que é acusado de calúnia, injúria e difamação. Em 20 de julho, Villa afirmou que o ex-presidente "mente, mente", que é "culpado de tráfico de influência internacional", além de "réu oculto do mensalão", "chefe do petróleo", e teria organizado "todos os esquemas de corrupção".

Advogado de Villa, Luís Francisco Carvalho Filho, afirmou que estuda entrar com habeas corpus.

"Acho constrangedor que um ex-presidente da Repúbli-

ca revele intolerância e se disponha a operar contra a liberdade de expressão no Brasil."

Lula afirmou, por meio de assessoria, que não operou contra o direito de expressão, mas exerceu o direito de acionar a Justiça "contra alguém que repetidamente se usa de uma TV paga pelo contribuinte paulista para ofendê-lo".

Ainda nesta terça, o Supremo Tribunal Federal rejeitou duas queixas-crime apresentadas por Lula contra o senador Ronaldo Caiado (DEMGO), que chamou o petista de "bandido frouxo" na internet.

A maioria dos ministros decidiu que, apesar de ofensivos e reprováveis, os ataques estariam enquadrados na imunidade parlamentar.

O advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, disse que prevaleceu o entendimento de que "mesmo os crimes contra a honra cometidos por parlamentar estão acobertados pela imunidade parlamentar".

Denúncia contra almirante é aceita pela Justiça do Rio

O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, aceitou denúncia contra o ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro e outras 13 pessoas por corrupção em obras da usina de Angra 3. O juiz Sérgio Moro, de Curitiba, já havia aceitado a denúncia, mas o processo foi transferido para o Rio após o desmembramento da Lava Jato pelo Supremo Tribunal Federal e precisou ser reanalisado.

Janot está em lista de 'cem pensadores globais'

A revista americana de relações internacionais "Foreign Policy" pôs o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em sua lista anual de "cem pensadores globais", na categoria "Desafiadores". Segundo a publicação, com as investigações da Lava Jato sobre os desvios na Petrobras, Janot "mostrou os esqueletos no armário do Brasil" e "destemidamente foi atrás daqueles no círculo íntimo da presidente [Dilma Rousseff]".

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

O RESTO É O SILÊNCIO

02 DEZ 2015

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) passou mal na prisão no fim de semana. Pela primeira vez completamente sozinho, e por longas 24 horas, numa sala sem janelas, ele teve sensação de claustrofobia entre o sábado e o domingo, quando não são permitidas visitas de familiares nem de advogados na Superintendência da Polícia Federal em Brasília.

CAFÉ QUENTE

As condições e o tratamento dispensado aos presos na PF em Brasília são considerados bons, inclusive por familiares do senador. A cela, por exemplo, não tem grades. E ele tem acesso a uma saleta com cozinha e banheiro por onde circulam policiais. No fim de semana, no entanto, com menor número de funcionários, a rotina geral muda e os presos têm que ser muitas vezes trancados, o que ocorreu com o senador.

A QUEDA

A sensação de solidão e sufocamento experimentada por ele é agravada, segundo amigos próximos, pelo fato de Delcídio ter tido uma rotina frenética nos últimos anos. Ele começava a trabalhar às 7h e só descansava depois da meia-noite. Conversava com centenas de empresários, políticos, jornalistas e regularmente com a presidente Dilma Rousseff. No sábado, na prisão, ele só tinha o silêncio ao seu redor.

ESPELHO

Delcídio já prevê que perderá o mandato de senador. E diz saber que de nada lhe serve, nos dias atuais, o prestígio e o acesso a todas as esferas de poder que ele tinha até o dia em que foi preso. “Sou só eu agora”, tem dito a familiares. Maika, mulher do senador, muitas vezes chora compulsivamente, segundo amigos do casal.

BIBLIOTECA

Delcídio já leu dois livros em menos de uma semana e se dedicou também a analisar seu processo. A defesa do senador estuda entrar hoje com pedido de revogação da prisão alegando que todos os riscos apontados pelo Ministério Público caso ele ficasse solto foram superados. Testemunhas já foram ouvidas, buscas e apreensões já foram feitas e por isso ele não teria mais como tentar atrapalhar essa etapa das investigações.

NO PÉ

A defesa deve propor o uso de tornozeleira como alternativa à prisão.

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Decisão do STF

podará inviabilizar

candidatura de

Russomanno em SP

Se o Supremo confirmar uma condenação da 1ª instância, deputado do PRB vira 'ficha suja'

O caso do apresentador de TV, líder da pesquisa sobre eleição municipal, será relatado pela ministra Cármen Lúcia

Uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) pode tirar o deputado e apresentador de TV Celso Russomanno (PRB-SP) da corrida pela Prefeitura de São Paulo.

A candidatura de Russomanno — que é líder da disputa, com 34% das intenções de voto, segundo o Datafolha — depende do julgamento de um recurso que ele mesmo apresentou contra uma sentença de primeira instância que o condenou em 2014 por peculato (desvio de dinheiro).

Para permanecer na disputa, Russomanno precisa vencer no STF. Ou torcer para que a corte demore para fazer o julgamento. A data-limite é agosto de 2016, prazo final para registro de candidaturas.

Se o STF analisar o caso nos próximos nove meses e resolver manter a condenação da Justiça federal do Distrito Federal, Russomanno estará enquadrado na Lei da Ficha Limpa, tornando-se inelegível por oito anos.

Russomanno foi condenado a dois anos e dois meses de prisão por nomear como secretária de seu gabinete na

Câmara dos Deputados, entre 1997 e 2001, a gerente de sua produtora de vídeo em São Paulo, Sandra de Jesus.

De acordo com a sentença, Sandra era paga pela Câmara, mas atuava na empresa de Russomanno. Uma de suas atividades era admitir funcionários, conforme depoimentos de outros ex-empregados e documentos, como carteiras de trabalho assinadas por ela.

“Valendo-se da qualidade de deputado federal, o réu concorreu para que fosse desviado dinheiro público em proveito de Sandra de Jesus e indiretamente dele próprio, já que a União passou a remunerar pessoa cujo encargo seria da empresa”, afirmou o juiz Vallisney Oliveira.

A pena de prisão foi convertida em trabalho comunitário e cestas básicas.

A decisão, de fevereiro de 2014, foi proferida pela primeira instância porque, à época, Russomanno não tinha mandato parlamentar e, conseqüentemente, foro privilegiado. Ele então recorreu ao TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

Em fevereiro deste ano, após ser diplomado deputado novamente, o recurso seguiu para o STF. Em outubro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, assinou

um despacho pedindo para que o réu apresente defesa — o que ainda não ocorreu.

Sob relatoria da ministra Cármen Lúcia, o recurso será julgado pela 2ª Turma do STF, composta ainda pelos ministros Dias Toffoli, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Teori Zavascki.

Somente a manutenção da condenação tornaria o deputado “ficha-suja”.

O juiz Márlon Reis e o advogado José Eduardo Alckmin, especialistas em legislação eleitoral, explicam que um político só pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa após ser condenado por um órgão colegiado em alguns crimes específicos — como é o caso do peculato.

O STF não tem prazos para julgar processos.

Procurada, a ministra Cármen Lúcia não quis se manifestar. (CATIA SEABRA E REYNALDO TUROLLO JR.)

CONTINUA

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

Partido diz que deputado é inocente

O presidente nacional do PRB, Marcos Pereira, disse que o partido não cogita que Celso Russomanno fique fora da disputa para prefeito.

“O partido nem aventa essa possibilidade porque acredita na inocência do candidato”, afirmou à **Folha**.

Segundo Pereira, a defesa do deputado está certa de que reverterá a condenação de primeira instância no STF. Ele ainda afirmou que os advogados consideraram a sentença “injusta” por não ter analisado todas as contraprovas presentes no processo.

Procurado por meio de sua assessoria de imprensa, Russomanno não respondeu as perguntas da reportagem.

No processo, o político afirmou que a servidora Sandra de Jesus exercia atividades de secretária parlamentar em seu escritório político em São Paulo, que funcionava no mesmo endereço de sua produtora de vídeo.

Segundo Russomanno, Sandra prestava atendimento a consumidores que o procuravam com queixas contra empresas e era responsável pela emissão de passagens aéreas relativas às suas viagens como deputado.

02 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria quer inquérito contra auxiliar de Paes por agressão a ex

Decisão depende do STF porque Pedro Paulo tem foro privilegiado

A Procuradoria-Geral da República vai pedir ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito contra o secretário de Governo do Rio, Pedro Paulo (PMDB-RJ), suspeito de agredir a ex-mulher, Alexandra Marcondes.

O caso vai ao STF porque Pedro Paulo é deputado federal licenciado e tem direito a foro privilegiado.

A Procuradoria recebeu os autos da investigação iniciada pelo Ministério Público do Rio e está analisando a documentação. O inquérito é amparado por laudo do Instituto Médico Legal e testemunhos da babá e da ex-mulher.

Espécie de supersecretário do prefeito Eduardo Paes (PMDB), Pedro Paulo é pré-candidato à sua sucessão.

Responsável pelas principais obras em curso hoje no Rio, já é tratado por Paes como futuro prefeito da cidade.

Em entrevista à **Folha**, o próprio secretário admitiu a agressão, mas disse que foi um momento “de descontrole”. “Resolvemos isso do ponto de vista da família, fizemos nosso acordo judicial”, afirmou na ocasião.

Hélio Duque: **BEMPARANÁ** **STF, Lava Jato e** **02 DEZ 2015** **capitalismo de quadrilha**

O grito lancinante do juiz Sérgio Moro ecoou na sociedade e foi ouvido pelo Supremo Tribunal Federal: *"O processo da Lava-Jato tem ido bem, mas não posso assegurar o dia de amanhã. Do ponto de vista de iniciativas mais gerais contra a corrupção, existe um deserto. Parece que a Operação Lava Jato, nessa perspectiva, é uma voz pregando no deserto"*. O terremoto que viria a seguir com a "operação catilina", nos lembraria o ano de 63 A.C., em Roma. No Senado, Cícero denunciava o senador Catilina, ávido de riqueza e poder: *"Quo usque tandem abutere, Catilina patientia nostra?"* Tradução: "Até quando Catilina abusará da nossa paciência?" Na república romana ele foi expulso do parlamento; no Brasil, a prisão do senador e de um poderoso banqueiro, determinado pelo STF, demonstrava que o combate a ações ilícitas é uma rota sem volta.

A ministra Cármen Lúcia antecipou o que virá pela frente: *"Na história recente de nossa pátria, houve um momento em que acreditamos que a esperança tinha vencido o medo. No julgamento da ação penal 470 (mensalão), verificamos que o cinismo venceu a esperança. Agora, ao que parece, estamos constatando que a desfaçatez venceu o cinismo. Quero avisar que o crime não vencerá a justiça"*. O mais antigo ministro do Supremo, Celso de Mello deixa claro: "A imunidade parlamentar não é manto protetor de supostamente comportamento criminoso. É preciso esmagar e destruir com todo peso da lei esses agentes criminosos que atentaram contra as leis penais da República".

Os indiciados na Lava Jato, detentores de imunidade parlamentar, terão, nos próximos meses, satanás na espera para conduzi-los ao portal do inferno. Se em Brasília a situação é pânico, em Curitiba o rodízio nas celas da Polícia Federal está longe de ter chegado ao fim. A ação jurisdicional do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e dos delegados da Polícia Federal, está permitindo que o Brasil indignado conheça a profundidade da captura do Estado pelo conluio, envolvendo poder público, empresários poderosos, políticos delinquentes e burocratas estatais marginais, responsáveis pela existência de verdadeiro capitalismo de quadrilha. Realidade sintetizada na "Folha de S.Paulo" (26-11-2015) pelos colunistas Jânio de Freitas: "As relações capitalistas adotam predominantemente no Brasil, procedimentos à margem da lei e da ética"; e Vinícius Torres Freire: "Políticas que criam quase-monopólios ou oligopólios, com reservas de mercado, protecionismos e exigências irrealistas de produzir com conteúdo nacional, degradingolam em caixas-pretas. Em ambientes obscuros, sem concorrência, propícios ao mofo da corrupção, da propina, do tráfico de influência".

A Operação Lava Jato, ao radiografar essa realidade imoral, comprova com farta documentação e depoimentos arrasadores dos beneficiários desse "status quo". O combate à corrupção tem na sua força-tarefa figuras jovens, gerando grande esperança para o futuro brasileiro. Quase todos na faixa média dos 40 anos, a exemplo do juiz Sérgio Moro, que tem 42. Guardando não apenas nos objetivos, mas na composição dos seus integrantes grande semelhança com a "Operação Mãos Limpas", ocorrida na Itália. Ela foi conduzida, também, por jovens juizes: Antonio Di Pietro, 42 anos; Gherardo Colombo, 46 anos; e Piercamillo Davigo, 42 anos.

Na Itália, o governo de Bettino Craxi, do Partido Socialista, combateu com agressividade e indignação a "Mãos Limpas". Em agosto de 1992, Craxi compareceu ao parlamento desafiando os seus membros. Da tribuna afirmou: "Que se levante aquele que não tomou um financiamento ilícito neste país". Ninguém se levantou e todos ficaram calados. A sociedade indignada se mobilizou apoiando a "Mani Pulite" (Mãos Limpas), sepultando o sistema político que virou pó. Prisões, confisco de bens, condenações por crimes contra a administração pública ocorreram aos milhares. O próprio Bettino Craxi, condenado em 1993, fugiu e exilou-se na Tunísia, na sua residência na Villa Hammet, até a morte no ano 2000.

Em 1994, o empresário de Milão, Berlusconi, vinculado a Bettino Craxi, com o mote "Queremos uma política diferente, nova e limpa", no recém criado partido Forza Itália se elegeu primeiro ministro. No mesmo ano o governo aprovou decreto-lei que os italianos apelidaram de "salva ladrões". Obstaculizando prisão cautelar por crimes de corrupção. Foi um golpe na "Mãos Limpas", pela libertação da maioria dos corruptos. A reação vigorosa dos magistrados ameaçando renunciar e o apoio da sociedade, obrigou o governo a revogar o decreto chamado pelos italianos de "salvi ladri". Infelizmente muitos dos corruptos libertados pelo famigerado decreto de Berlusconi, continuaram livres, defendidos por grandes escritórios de advocacia.

O paralelismo traçado tem objetivo. O que ocorreu na Itália deve ser um alerta para que no Brasil, casuísmos jurídicos não atropellem a Lava Jato. Os brasileiros decentes, comprometidos com o futuro dos filhos e netos, precisam se mobilizar no apoio incondicional à Operação Lava Jato. Igualmente a opinião pública.

02 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Gaeco investiga deputado e ex-prefeito

O Gaeco de Guarapuava e pela Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba deflagraram ontem a Operação Capistrum (cabresto, em latim), que investiga a suposta prática de crimes eleitorais na disputa de 2014. Segundo o Ministério Público, a investigação apura a existência de um esquema na região de Guarapuava que envolveria o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB); seu pai, o ex-prefeito Luiz Fernando Ribas Carlim e dois vereadores do município, além de outras sete pessoas. Segundo o Gaeco, o grupo teria praticado diversos crimes eleitorais em benefício da candidatura do deputado nas eleições de 2014.

De acordo com o Gaeco, o esquema atuou dividido em dois grupos, localizados em Guarapuava e no distrito de Entre Rios. As investigações apontam que, durante o período eleitoral, houve a distribuição de vários benefícios a cidadãos para conseguir votos para o deputado. Já no dia das eleições de 2014, a suspeita é de que os coordenadores dos dois grupos reuniram motoristas e cabos eleitorais para praticar delitos de boca de urna e transporte de eleitores. Há

“Nossas contas eleitorais foram aprovadas. Tudo o que for solicitado será esclarecido”.

do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB)

indicações de que o grupo continua a atuar mesmo após as eleições, concedendo benefícios - muitos deles ilegais - a moradores de Guarapuava e região, com o intuito de “manter cativo o eleitorado”.

Ribas Carli confirmou que ele e seu pai prestaram depoimento ontem. Ele negou as acusações. “Nossas contas eleitorais foram aprovadas. Tudo o que for solicitado será esclarecido”, disse. Ele admitiu, ainda, que responde a outro processo por irregularidades na eleição de 2010. Em outubro de 2011, o parlamentar chegou a ter o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), sob a acusação de “caixa dois” de campanha. “Esse processo está correndo, e ainda está em andamento”, alegou ele.

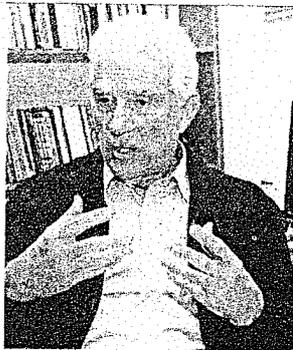
02 DEZ 2015

BEMPARANÁ

"Fantasmas"

O Ministério Público Estadual entrou com ação em que acusa lideranças do PPS paranaense de improbidade administrativa pelo uso de cargos comissionados de deputados do partido na

Assembleia Legislativa para trabalharem no Diretório Estadual da legenda. Segundo a denúncia, funcionários que ocupavam cargos nos gabinetes de deputados da legenda, e na liderança do PPS na Assembleia teriam, na verdade, prestado serviço ao partido e não aos parlamentares. Entre os acusados estão o deputado federal e presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno; o deputado estadual licenciado e atual secretário de Estado do Esporte e Turismo, Douglas Fabrício; o ex-deputado estadual Cesar Silvestri Filho; o ex-deputado estadual e prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel.



Valquir Auretiano

Bloqueio

O MP pediu à Justiça o bloqueio de bens dos acusados no valor de R\$ 11,3 milhões para garantir o ressarcimento dos cofres públicos em caso de condenação, além da perda da função pública e da suspensão dos direitos políticos de cada um por cinco a oito anos. Segundo a investigação, seis comissionados da Assembleia seriam funcionários "fantasmas" do Legislativo, atuando na verdade como militantes do partido. Esses servidores teriam sido nomeados nos gabinetes de Rangel, Cesar Silvestri Filho e Douglas Fabrício e na liderança do PPS na Casa, mas trabalhavam na verdade no Diretório Estadual da sigla entre o início de 2009 e meados de 2013. Em depoimento aos promotores, os funcionários teriam admitido que cumpriam expediente na sede da legenda. Em nota, o Diretório Estadual do PPS afirmou ter "absoluta convicção da legalidade de todos os seus atos" e disse que "vai contestar em juízo, com toda serenidade, o entendimento do Ministério Público".

Absolvido

O empresário e apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o Ratinho, foi inocentado no julgamento de ação proposta pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), que o acusava de promover propaganda antecipada às eleições presidenciais de 2014, quando entrevistou, o então pré-candidato à Presidência da República, Aécio Neves, em maio de 2013. Segundo a defesa do apresentador, o conteúdo exibido se resguarda na liberdade de imprensa e produção de material jornalístico.

Plataformas

A defesa de Ratinho alegou, ainda, que o fato do entrevistado ser um senador, tornava natural, e coerente, debater os temas discutidos na entrevista. Em seu voto no processo, o ministro Gilmar Mendes afirmou que a ação era improcedente. "Considerada a redação aplicável às eleições de 2014, não configura propaganda eleitoral antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos", disse Mendes.

Deficiência

Portador de surdez unilateral não pode ser considerado pessoa com deficiência em concurso público. O entendimento é da Corte Especial do STJ.

Briga

Em caso de briga no trabalho, a demissão de apenas um dos trabalhadores envolvidos configura tratamento desigual. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

Fim de namoro

Fim de namoro não gera danos morais e materiais, pois o encerramento de um relacionamento amoroso se encontra na esfera de liberdade do indivíduo, e não há nenhuma lei que obrigue alguém a se casar após um determinado período de namoro. O entendimento é da 6ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

Advocacia

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite a criação de empresa de advocacia composta por um único sócio. O texto seguirá para análise do Senado.

Moro

O XII Simpósio de Direito Constitucional, organizado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional - ADBConst, que acontecerá em Curitiba (PR), em maio do próximo ano, confirma a presença do juiz Sérgio Moro. O encontro contará com a participação dos ministros do STF, Luiz Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e José Antônio Dias Toffoli. Inscrições no site www.abdconst.com.br/simpósio.

Moradia

Juiz não tem direito a auxílio-moradia se vive com cônjuge já recebe o benefício. A decisão é do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

STF abre inquérito contra Renan

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a abertura de dois inquéritos para investigar na Operação Lava Jato o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Delcídio do Amaral (PT-MS), além do deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE).

Os pedidos de abertura de investigação foram feitos ontem (30) pela Procuradoria-Geral da República. Com

Rejeitada queixa de Lula contra Caiado

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou receber duas queixas-crime propostas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) por entender que o congressista estava protegido por imunidade parlamentar ao publicar nas redes sociais críticas ao petista. No julgamento, contudo, os ministros ressaltaram que foi "lamentável e reprovável" o nível das manifestações de Caiado. A defesa de Lula pedia que Caiado res-

pondesse pelos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Em fevereiro, Caiado chamou Lula, no Twitter, de "bandido frouxo". "Lula e sua turma foram pegos roubando a Petrobras e agora ameaça com a tropa do MST do Stédile e do Rainha para promover a baderna. Lula quer promover a instabilidade democrática de forma idêntica ao que ocorre na Venezuela com o ditador Maduro soltando seus coletivos", escreveu o parlamentar, fazendo referência a discurso do ex-presidente.

a decisão, Barbalho e Delcídio, que foi preso na semana passada por determinação do Supremo, passam a ser investigados na Lava Jato. Calheiros e Gomes são investigados pelo STF em outro inquérito, aberto em março, após as primeiras denúncias do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Os pedidos de investigação foram enviados ao Supremo em segredo de Justiça e os detalhes não foram divulgados. Os crimes citados são corrupção e lavagem de dinheiro.

02 DEZ 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Gaeco faz operação contra crimes eleitorais

Denúncias atingem o deputado estadual Bernardo Carli

O Gaeco de Guarapuava e a Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba deflagraram ontem a Operação Capistrum (cabresto, em latim), que investiga uma suposta organização criminosa pela prática de crimes eleitorais.

A operação é realizada em Guarapuava e em Curitiba, onde foram cumpridos 72 mandados de condução coercitiva, expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

As investigações apontam a existência de um esquema na região de Guarapuava que envolveria o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB), seu pai, o ex-prefeito Luiz Fernando Ribas Carlim e dois vereadores do município, além de outras sete pessoas. Segundo o Gaeco, o grupo teria praticado diversos crimes eleitorais em benefício da candidatura do deputado nas eleições de 2014. ●

STF rejeita queixa-crime de Lula contra Caiado

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem (1º) queixa-crime do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO). Na ação, Lula pediu a condenação do parlamentar pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, por supostas ofensas publicadas, em fevereiro, na rede social Facebook.

Na ocasião, entre as frases publicadas, Caiado disse que "Lula tem postura de bandido. E bandido frouxo! Igual à época [em] que instigava metalúrgicos a protestar e ia dormir na sala do delegado Tuma!" ●

Investigações autorizadas

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a abertura de mais dois inquéritos na Operação Lava Jato para investigar os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) – presidente do Senado – Delcídio do Amaral (PT-MS), e Jader Barbalho (PMDB-PA). Os pedidos foram feitos na segunda pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

02 DEZ 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

CPF será emitido junto com a certidão de nascimento



Em ação inédita no país, foi lançado ontem (1º) em São Paulo um novo serviço ao cidadão que permitirá a emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no momento em que é feito o registro da certidão de nascimento. Por meio de convênio entre a Receita Federal e a Arpen-SP, os cartórios vão informar os dados do recém-nascido ou da pessoa a ser registrada pelo sistema online e, imediatamente, o número do CPF será repassado e impresso na certidão sem nenhum custo.

De acordo com Marcelo Barreto, superintendente substituto da Receita Federal em São Paulo, a medida foi estendida ontem à tarde ao Rio de Janeiro e hoje (2) a todo o país. Ele lembrou que, atualmente, para ter acesso ao CPF os interessados têm de procurar um dos postos da rede conveniada (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e agências dos Correios) e pagar a taxa de R\$ 7. A partir de agora, o serviço passa a ser gratuito, "eliminando discrepâncias e facilitando a vida do cidadão", disse Barreto. ●

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ não pode definir competências do Órgão Especial de tribunal

01 DEZ 2015

Cabe ao próprio tribunal e não ao Conselho Nacional de Justiça definir as competências do Órgão Especial da corte. Esse foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao suspender, em caráter liminar, decisão do CNJ sobre definição de competências do Órgão Especial do TJ-SP.

O pedido de liminar começou a ser julgado em 2007 e só foi concluído na última quinta-feira (26/11). De acordo com o processo, depois da extinção dos Tribunais de Alçada paulistas pelo artigo 4º da Emenda Constitucional (EC) 45/2004, o presidente do TJ-SP convocou o Pleno da corte para deliberar acerca das competências do Órgão Especial, considerando o disposto no inciso XI do artigo 93 da Constituição Federal, na redação dada pela EC 45.

Integrantes de uma comissão responsável por formular um novo regimento interno, "a ser submetido à apreciação do Tribunal Pleno", requereram ao CNJ a instauração de procedimento de controle administrativo, com pedido de liminar, visando manter a supremacia jurisdicional e administrativa do Órgão Especial.

O CNJ deferiu parcialmente a liminar, suspendendo a expressão "a ser submetido à apreciação do Tribunal Pleno" e todas as deliberações administrativas ou normativas do Tribunal Pleno que, segundo o CNJ, usurparam atribuições do Órgão Especial.

01 DEZ 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O jurista René Dotti faz palestra na Associação Comercial do Paraná

Mais de 60 pessoas prestigiaram a palestra Cidadania e Civismo – informação, crítica e participação, proferida pelo jurista René Ariel Dotti na noite desta quarta-feira, a convite do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), na Associação Comercial do Paraná (ACP).

Entre as autoridades presentes, Edson José Ramon (presidente do IDL), João Elisio Ferraz de Campos (presidente do Conselho Consultivo do IDL e ex-governador do Paraná), José Augusto Araújo de Noronha (presidente da Caixa dos Advogados do Paraná), Thomas A. Amaral Neves (presidente da Sociedade Consular), José Eduardo de Moraes Sarmiento (representando o presidente da Associação Comercial do Paraná, Antonio Miguel Espolador Neto) e Rogéria Fagundes Dotti (coordenadora geral da Escola Superior da Advocacia – ESA, da OAB/PR).

Na abertura oficial do evento, o presidente Edson José Ramon citou que o IDL foi criado por pessoas preocupadas com o delicado momento que atravessa o Brasil. “Entendemos que a semente do espírito público tem que estar presente em cada indivíduo, e que os interesses particulares estejam inseridos no contexto histórico sócio-econômico e cultural da



sociedade a que o indivíduo pertence”, comentou. “Se assim não for, o portador deste interesse sem o entendimento e sem o respeito a este contexto, torna-se campo fértil para o ilícito. Somente com este espírito público é que o indivíduo, poderá exercer a cidadania, poderá ser um cidadão efetivamente”, encerrou, chamando para a palestra o advogado René Ariel Dotti.

Em sua fala – breve, clara e objetiva –, o advogado e professor René Ariel Dotti traçou um interessante paralelo entre o desenvolvimento da história da humanidade, alinhado ao papel e à missão do IDL, bem como a defesa de uma sociedade baseada na democracia representativa e pluralista; na economia de mercado de livre iniciativa e na diminuição do estado; na máxima

descentralização do poder estatal; no direito a propriedade privada; na legitimidade do lucro; na liberdade de expressão; na liberdade e na responsabilidade individual.

“Tenho profunda admiração pela iniciativa do Instituto, que busca o desenvolvimento de uma cultura humana e social a partir da defesa da ética e da responsabilidade individual, da igualdade, da supremacia do cidadão sobre o Estado, da eficiência governamental e de tributos, da livre iniciativa, racionalização e concorrência”, elencou Dotti. “A democracia pluralista e economia de mercado, descentralização do papel decisório do Estado e liberdade de expressão são no meu entendimento as quatro liberdades fundamentais, que constituem as bases e os objetivos do IDL”, elogiou.

Para ele, é preciso que a atuação do Instituto promova o exercício da crítica e crie condições para a participação de todos, não se restringindo ao papel de ser um centro de pensamento isolado da sociedade. “Suas ações pouco a pouco estão tornando o IDL autorizado a falar em nome de uma representativa parcela da sociedade”, elogiou.

CONTINUA

01 DEZ 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Em seguida, Dotti citou os desdobramentos da Operação Lava Jato, obtendo as palmas de todo o público presente na ACP. “A Lava Jato detectou que existe um partido que pretendia se eternizar no poder por um golpe de corrupção de grande parte do parlamento e membros do STF. Quando me pedem uma avaliação sobre o trabalho desta Operação, digo que a Lava Jato surgiu para impedir um novo golpe de Estado, que pode ser praticado simplesmente pela corrupção, sem a necessidade da força física comum aos golpes registrados na história”, explicou.

Concluindo sua palestra, Dotti lembrou da importância da liberdade de expressão como ferramenta de informação, crítica e formação de uma forte consciência coletiva. “Temos que estar equipados intelectualmente e propagar ideias sob a pena de, se isso não for feito, desertarmos de nossas convicções. O que vivenciamos hoje no cenário nacional é um teatro do absurdo. Temos que dizer sim à convicção e à luta e não a este triste espetáculo que querem que assistamos”, encerrou, ovacionado de pé pelos presentes.

A palestra foi seguida de perguntas ao advogado, que recebeu uma homenagem das mãos de Edson José Ramon e João Elísio Ferraz de Campos.